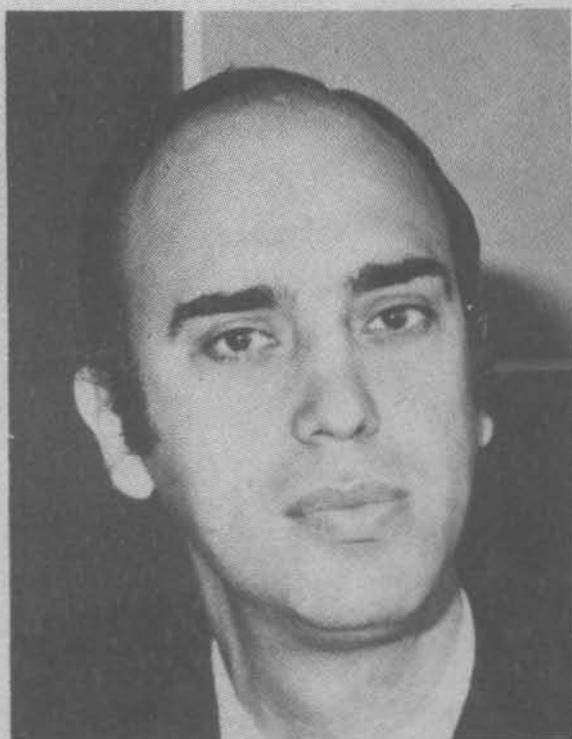


MARCO MACIEL

"NILO COELHO:
O HOMEM E O POLÍTICO"



19 AÇÃO PARLAMENTAR

MARCO MACIEL

Marco Antonio de Oliveira Maciel é nordestino de Pernambuco, nascido no dia 21 de julho de 1940. É filho de Carmen Sylvia e José do Rego Maciel, casado com Anna Maria Maciel. O casal tem três filhos: Gisela, Maria Cristiana e João Maurício.

Estudante e Líder Universitário

Fez seus primeiros estudos no Rio de Janeiro e em Pernambuco. Foi duas vezes eleito presidente do DCE (Diretório Central dos Estudantes da UFPe) e da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP). Formou-se pela tradicional Faculdade de Direito do Recife.

Advogado

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, turma de 1963, é advogado inscrito na OAB — Seção de Pernambuco, tendo exercido a profissão no Fórum do Recife.

Professor Universitário

Titular (licenciado) da cadeira Direito Internacional Público, da Universidade Católica de Pernambuco.

Secretário de Estado

Titular da Secretaria Assistente do Governo do Estado de Pernambuco (hoje redenominada de Secretaria do Trabalho e Ação Social) do Governo Paulo Guerra, em 1964.

Deputado Estadual, Líder do Governo

Período 1967/1971, pela Arena no qual foi, também, durante 4 anos, líder do Governo Nilo Coelho na Assembléia Legislativa de Pernambuco.

Deputado Federal

Dois mandatos (períodos 1971/75 e 1975/79).

Dirigente Partidário

Membro do Diretório Regional e Nacional da Arena e Secretário Regional do Partido em Pernambuco em 1969/70. Foi, também, segundo e primeiro-secretário da Comissão Executiva Nacional da Agremiação nas gestões de Filinto Müller e Petrônio Portella. Fundador do PDS e Membro de seus Diretórios Nacional e Regional de Pernambuco.

Senador MARCO MACIEL

**“Nilo Coelho: O
Homem e o Político”**

19 — AÇÃO PARLAMENTAR

BRASÍLIA — 1984

**(Pronunciamento feito pelo Senador
Marco Maciel — PDS/PE, no Congres-
so Nacional, em 6 de junho de 1984)**

Nilo Coelho, o homem público. As palavras se nos afiguram pobres, ao tentarmos exprimir nosso sentimento ante vida tão estuante, resoluta, interrompida no esplendor da maturidade.

Nele tudo convergia para a política. Pensava em cuidar da saúde do povo e fez-se médico, opção que teve muito a ver com sua sensibilidade política. Sua atividade empresarial sempre teve como selo a preocupação com o desenvolvimento do Nordeste, sede de todos os seus empreendimentos. Mas sentiu que tudo isso não exauria o “interesse vivo, palpitante, absorvente no destino e na condição alheia”. Entregou-se, pois, à política, arrastado pela força do destino.

“Autenticidade — disse o Senador Nilo Coelho — é um programa, uma ação, um decer. Seremos Autênticos porque só assim poderemos servir ao povo e honrar sua confiança.”

“NILO COELHO: O HOMEM E O POLÍTICO”

Exm^o Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Moacyr Dalla;
Exm^o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Flávio
Marcílio;

Exm^o Sr. Vice-Presidente da República, Dr. Aureliano Chaves;

Sr^{ts} e Srs. Deputados Federais;

Srs. Senadores;

Srs. Ministros;

Srs. Embaixadores;

D. Maria Tereza Brennand Coelho;

Familiares do Senador Nilo Coelho;

Senhoras e Senhores:

Reúne-se o Congresso Nacional — Câmara dos Deputados e Senado Federal — para, em sessão solene, praticar um ato extremamente significativo e revestido de singular transcendência na vida destas mais que centenárias Casas: reverenciar a memória do Presidente Nilo de Souza Coelho e proclamar que suas palavras e gestos devem continuar a habitar a vida de nossas Instituições e a contribuir para tecer os valores de nossa comunidade.

A memória, talvez o mais nobre atributo humano, marca o primado do espiritual e revela o tropismo vertical para instâncias mais altas. Da memória, decorre a virtude da fidelidade — esse fio tênue e forte — que tece e forja as tradições de nossa gente, passando a integrar o cerne da condição humana.

Outro não é o sentido da tradição, o significado de tantos ritos criados pelo homem, a fim de cristalizar a memória do que não passou — ou que não pode passar — por constituir-se em cadinho perene da alma da Pátria e de suas Instituições.

E a tarefa de apreender as vocações de um povo, de sedimentar tendências, de consolidar valores, é algo que não se concretiza sem o concurso dos Parla-mentos e sem a participação dos políticos. Daí, poder caracterizar-se a ação política, não apenas como ciência e arte, mas, igualmente, como virtude. Foi isso certamente que levou Ortega y Gasset a afirmar ser ela a “mais complexa

de todas as atividades humanas”, pois um dos mais essenciais imperativos da existência do homem é viver convivendo, e o exercício de convivência é matéria-prima da política.

Abrangente e complexa, portanto, a política é mais que uma profissão. É uma atitude de vida, vez que todas as suas ações interagem na comunidade.

O homem público, na plena e correta acepção do termo, finda assim por ser um ente exuberante, múltiplo, responsável, temperante, comprometido com o destino da sociedade.

Nilo Coelho, o homem público. As palavras se nos afiguram pobres, ao tentarmos exprimir o nosso sentimento ante uma vida tão estuante, tão resoluta, interrompida — para usar expressão de Horácio — *a aetas plenas*, em pleno esplendor da maturidade.

Nele, desde cedo, insista-se, tudo convergia para a política.

Sua família — seus pais e seus irmãos — fincada, desde as raízes nos sertões longínquos que aproximam Pernambuco e Bahia, é modelo de convivência cívica e de luta para melhorar a condição de vida da gente estóica e simples do distante e sempre esquecido Nordeste. Como é comum naquelas terras, muitos são seus irmãos inclusive o nosso colega e amigo Deputado Oswaldo Coelho; todos eles individualizados, mas assemelhados na disposição de enfrentar a vida como missão, com coragem e firmeza inquebrantáveis, herdadas e hauridas de Dona Josefa e de Clementino de Souza Coelho, o Coronel Quelé.

Seu casamento, com D. Maria Tereza Brennand Coelho, companheira de todos os instantes, sobretudo nas mais difíceis caminhadas eleitorais e no exercício das funções públicas, fê-lo ainda mais impregnado do sentimento de humanismo integral, porque a existência da família resulta em importante alento para o desempenho das sáfaras tarefas cometidas ao homem de Estado.

Pensou em cuidar da saúde do povo e fez-se médico. Sua opção pela medicina tem muito a ver com sua sensibilidade para o ser humano. Sabe-se que poucas profissões possuem tanta intimidade com o sofrimento e a dor, sobretudo na forma como ele a exerceu, até os anos 50, missionariamente clinicando em cidades do interior do Estado de Pernambuco. Tudo isso certamente contribuiu para desabrochar, ainda mais, o sentimento altruístico de solidariedade, tão próprio do político.

A sua atividade empresarial sempre teve como selo a preocupação com a melhoria do Nordeste, sede de todos os seus empreendimentos, e nunca se desviou do objetivo de lançar bases para o crescimento agropecuário e agroindustrial, sem o que não se promove o desenvolvimento auto-sustentado do País e de suas regiões. E note-se: em todas elas o interesse pelo social é relevante, pois, embora modernas, suas empresas geram milhares de empregos — diretos e indiretos — nas áreas mais carentes do Nordeste, ensejando a elevação da renda e a fruição do bem-estar coletivo.

Mas, cedo atentou que o médico ou empresário não esgotava sua capacidade de servir. Sentiu que uma ou outra dessas duas nobres e essenciais atividades não exauria “o interesse vivo, palpitante e absorvente no destino e na condição alheia”.

Entregou-se, pois, à política, arrastado pela força do destino, sob o impulso de irresistível chamamento.

A tudo isso, deve-se acrescentar sua sólida e bem tecida formação católica, que trouxe de berço e lhe permitiu estender, à vivência familiar e comunitária, o espírito da comunhão, da família de Deus.

A fé, com efeito, Sr. Presidente, faz-nos ver, no próximo, o Cristo, e nos encaminha para uma permanente atitude de altruísmo, de caridade, como sinônimo de amor.

A propósito, observava Joaquim Nabuco, em “Minha Formação”:

“Em religião ou andais com a multidão, ou, ao mais ligeiro desvio do caminho dos peregrinos, vos encontrareis numa solidão sem eco.”

Esse entendimento nos remete à convicção de que a política é como a fé religiosa, um sentimento peregrino, uma ação solidária. Assim, permitam-me afirmar, o homem não é apenas um animal cívico é, também, um ente religioso.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Senhoras e Senhores, todos esses atributos fazem de Nilo Coelho — o cidadão, o filho, o irmão, o esposo, o pai — um modelo, enfim, a ser cultuado.

De mais a mais, ninguém o excedia na virtude da amizade, que praticava esmeradamente. Era o amigo desvelado.

Dele se pode dizer que sabia, como poucos, a verdade contida no aforisma que proclama: “os caminhos da amizade quando não se freqüentam, cobrem-se de espinhos”. Esses caminhos ele os conhecia melhor do que ninguém, por isso que os palmilhava com assiduidade e prazer, com uma dedicação incomparável.

Fui líder de sua bancada na Assembléia Legislativa, ao tempo em que era ele Governador do Estado de Pernambuco. Dele recebi preciosas lições de vida, de política, e mais do que tudo isso, fui contemplado com a sua forte, valiosa e desvanecedora afeição.

Quando a vida pública o convocava, entregava-se à luta em doação integral, enriquecendo as tribunas parlamentares ou os palanques dos comícios com sua vigorosa presença. De si, bem poderia dizer-se, como do, também, inolvidável Petrônio Portella: “há homens que gostam da luta. Eu sou um deles. Caem e logo se levantam com as armas na mão e a fê redobrada”.

E que dizer, a partir daí, de sua ação pública, do Deputado Estadual e Constituinte, do Secretário de Estado, do Deputado Federal, do Governador, do Senador, do Líder e Presidente do Congresso Nacional?

Quem com ele conviveu há de lembrar-se do seu temperamento ensolarado, aberto, franco, desatado. Extraordinariamente dinâmico, impetuoso, integrava-se, de corpo inteiro, com dedicação total ao objeto de sua luta.

Extremamente vibrátil, sensível como a bússola ao magnetismo do momento.

Nada fazia sem o concurso de sua convicção e de seu entusiasmo.

Dir-se-ia marcado em definitivo pela paisagem luminosa de sua cidade natal — Petrolina —, pela luz viva, quase ofuscante, de seu sertão. Mas, não só a luz, como o calor; era um caloroso, um homem irmamente afetivo.

Não sei, porém, se não seria, a um só tempo, um dionisíaco e um apolíneo, para lembrarmos de passagem, a clássica dicotomia sócio-antropológica.

Dionisíaco, em suas opulentas manifestações de afeto; apolíneo em seus cuidados cívicos.

Dessa combinação de virtudes, é que brotou a autenticidade que era a marca, o timbre fundamental do seu caráter.

Dando ainda ênfase a essa feição dominante de sua personalidade é de lembrar que, em 1966, ao ser indicado pela então Aliança Renovadora Nacional, para Governador do Estado, ele pronunciou memorável discurso no qual fez uma profissão de fé na autenticidade:

“Autenticidade — disse então — é um programa, uma ação, um dever. Seremos autênticos porque só assim poderemos servir ao povo e honrar sua confiança.”

“O povo — acrescentava ele — só acredita naquele que é autêntico; naquele que lhe diz a verdade porque não a esconde de si mesmo; naquele que lhe fala de alma aberta porque sente com ele o drama cotidiano; naquele que só promete quando é capaz de fazer; naquele em que confia porque sabe que não será enganado.”

Nele, tudo repelia o cálculo, a ação insidiosa, as posturas ambíguas, a duvidade moral.

Na sua luta por grandes causas, estava nas antípodas da conduta timorata ou vacilante; sequer receava tomar atitudes que implicassem uma eventual impopularidade.

Era autêntico em seus gestos largos.

Apolíneo, contudo, no trato da coisa pública, exação no cumprimento do dever. Embora cavalheiresco, solidário, fiel, um amigo imbuído dos mais nobres sentimentos de fidelidade aos compromissos, a sua urbanidade se articulava, o mais naturalmente possível, com a austera e serena energia que se exige do líder político e do governante.

Em verdade, toda sua pregação se fazia dentro de uma ética de responsabilidade, isto é, o exercício político sob rígido controle das regras de austeridade e

honradez. Essa atitude pública se coaduna com a definição de política, legada pelo patriarca José Bonifácio, modelo também de homem público a enriquecer a História desta Casa, ao afirmar que a “sã política é filha da moral e da razão”.

Toda a sua atuação política — no Executivo ou nas funções diretivas exercidas no Legislativo Federal — foi marcada pela intransigente observância de suas obrigações cívicas e uma sacralidade quase religiosa no bom e correto desempenho das ações administrativas.

A sua correção de atitudes era infalível; perfeito o seu sentido de cordial convivência; completa a sua noção do significado essencial da política e dos deveres do homem de Estado.

Não se compreende sua trajetória na política sem a presença desse compromisso ético — o único que pode justificá-lo, o único que lhe dá fundamento e grandeza.

Num quadro, marcado hoje — e infelizmente — por uma erosão de padrões éticos e cívicos de comportamento social, convém que lancemos luz sobre esse exemplo. Serve de inspiração, também, para que o Congresso Nacional insista no perseguir o exercício da função de fiscalização e controle da ação de governo, para que os partidos políticos busquem também cumprir sua intransferível tarefa de educação política, no mais alto sentido desta expressão, ou seja, a transmissão sistemática, num contexto democrático, de elementos formativos e informativos para os seus membros e a comunidade em geral.

Sua reconhecida bravura no exercício dos misteres públicos, aliada a uma conduta cívica retilínea, reservou-lhe espaço na história recente de Pernambuco. A respeito de sua fibra se poderia também dizer o que afirmou o poeta João Cabral de Melo Neto, em seu “Pernambuco em Mapa”.

“Só vai na horizontal
nos mapas em que o mutilaram;
em tudo é vertical
.....
Aquela horizontal
é enganosa, está só nos mapas:
não diz de sua história
e muito menos de sua casta”.

Intrépido, era um espécime típico de sua gente, do sertanejo acostumado a todos os desafios, de ânimo forte e imbatível.

Foi isso, num instante grave da vida do Parlamento, que o levou, sem tergiversações, a bradar em cálida afirmação:

“Sou o Presidente, não de um partido político, mas do Congresso do Brasil.”

Outra característica a girar forte o caráter de Nilo Coelho residia no fato de que a veemência de suas atitudes e posições jamais nos levará a ver nele um radical ou sectário.

Antes, buscava sempre as soluções de harmonia ou de consenso, inatos aos verdadeiros processos democráticos, posto que, numa sociedade aberta, as decisões são alcançadas pela discussão. Vale dizer: os ajustes surgem no rotinizar as divergências.

Comunicativo, não conhecia limites nem barreiras para o diálogo e a conciliação.

Pois ele compreendia que o compromisso não é somente um ideal político, mas — frise-se — a característica essencial e definidora de democracia como forma de governo.

Ora, se a democracia é, por excelência, o regime que permite equacionar os conflitos coletivos através da discussão pública, fica nítido que a busca do compromisso é a forma racional de obter-se a solução desses conflitos, valorizando o que há de melhor nas diferentes propostas, dos partidos e grupos de interesse.

A prática do compromisso, objeto maior da atividade dos políticos, requer, uma rigorosa e exigente análise dos resultados de suas atitudes.

As idéias e propostas devem nesse sentido ser analisadas não em seus enunciados lógicos, ou aceitas sem restrições em um clima emocional, mas sim, serem vistas a partir dos resultados práticos de sua aplicação histórica.

O teste da experiência histórica das idéias é um dos guias essenciais que o político deve encarar de frente para desenvolver plenamente uma ética de responsabilidade e poder defender e assumir compromissos com serenidade e firmeza, conciliando interesses, promovendo a concórdia social e o progresso das instituições democráticas.

Daí a importância dos partidos, vez que não se concebe democracia sem agremiações políticas sólidas e fortes, capazes de propiciarem propostas objetivas de aperfeiçoamento institucional e de desenvolvimento sócio-econômico.

É a mensagem que o Senador Nilo Coelho nos deixa — sempre desprezando os radicalismos — em várias ocasiões. Eis uma delas ao discursar, pela primeira vez, como Líder do Governo no Senado da República:

“O bem comum, que nos cabe promover, exige a fertilidade do diálogo, da negociação e do entendimento.

Não há barreiras políticas insuperáveis, quando se trata de atender aos anseios do povo e aos interesses da Pátria.”

A normalidade pressupõe o fim da confrontação política e o retorno à prática democrática da negociação e do entendimento entre as

diferentes correntes partidárias, que no Legislativo representam a diversidade do pensamento da sociedade brasileira.

Esperamos, pois, que, sem perda da sua identidade ideológica e programática, os Partidos encontrem os caminhos do diálogo e da discussão construtiva das grandes questões nacionais, destacadamente daquelas relacionadas com a crise econômica em que nos achamos mergulhados e que reclama para sua solução, posicionamentos responsáveis.

A finalidade essencial do ser humano — sabia-o ele muito bem — haveria de desaguar necessariamente no pluralismo democrático.

Outro aspecto que não poderia deixar de assinalar, ainda que superficialmente, ao constituir algo que informava com nitidez a postura, o gesto, o ser, enfim, de nosso homenageado — era o seu sentimento telúrico.

Já se disse, não sem exatidão, que a vida é um assunto local, e que, no passar da vida, seremos muito das primeiras lembranças da terra.

Nabuco, figura arquetípica de pernambucanidade, dirá a propósito, numa passagem de sua autobiografia:

“Nunca se me retira da vista esse pano de fundo que representava os últimos longes da minha vida.”

Quase sempre longe da Pátria, em afazeres diplomáticos, em tom quase nostálgico o autor de “Minha Formação”, evocava:

“Os filhos dos pescadores sentirão sempre debaixo dos pés o roçar das areias da praia e ouvirão o ruído da vaga. Eu por vezes acredito pisar a espessa camada de canas caída da moenda e escuto o rangido longínquo dos grandes carros de boi.”

Nilo Coelho, nisso, foi mais feliz que Nabuco; o nosso homenageado retornava, inumeravelmente, a sua terra natal.

E nos mais altos e diferentes cargos, foi sempre um homem do sertão pernambucano, da sua Petrolina.

Petrolina, essa magnífica cidade, nos confins do Estado de Pernambuco, que tanto deve seu florescimento, sua expansão, ao dinamismo da família Coelho. Ali, todos sabemos, é uma das mais importantes encruzilhadas do Nordeste, senão do País. Ali se cruzam os caminhos da terra e os caminhos do rio, que levam e trazem os que se destinam ao Sul e os que procuram a intimidade dos sertões nordestinos.

Houve tempo até, é justo recordar, durante a Segunda Guerra Mundial, em que — bloqueadas as rotas do mar, insuficientes as ferrovias e as estradas de rodagem, incipiente a navegação aérea, inacessível, por terra, a Amazônia —

Petrolina era porto obrigatório de passagem para o Norte, o Sudeste e o Sul do Brasil.

Petrolina, pois, encravada no sertão nordestino, nunca lhe saiu da retina. E, por oportuno, cabe indagar, e quem não fez por sua terra e sua gente será que é capaz de fazer por outras e pelos outros?

Num dos seus mais importantes discursos políticos — justamente ao assumir a Liderança da Maioria no Senado — autenticamente fiel a si mesmo, ele, com ênfase, expressou:

“A minha palavra continua impregnada das coisas da minha região. Nasci e cresci na minha distante Petrolina, vendo e ouvindo o correr das águas do São Francisco, o decantado rio da unidade nacional.

Das reminiscências da infância ou desta Tribuna do Senado, contemplo a Pátria com um mesmo sentimento, o da sua indestrutível unidade.”

Nilo Coelho, Sr. Presidente, era um telúrico, sem ranços de provincianismos. Um telurismo que queria o universal. Telúrico e universal como atributos que se complementam e harmonizam.

Aliás, ao contrário do que apressadamente se poderia inferir, provincianismo e telurismo, são conceitos que se excluem. Pode-se — e vamos mais além — deve-se ser telúrico embora não se seja provinciano, pois o telurismo não supõe uma visão exclusivamente local dos fenômenos e das coisas; dos fatos e das pessoas.

O provincianismo pode ser, isso sim, a contrafação ao telurismo, como, de igual, a contrafação do universalismo é o cosmopolitismo.

Tomem-se, a propósito, os ensinamentos de Guimarães Rosa, em “Grande Sertão e Veredas”.

Dizia o imortal escritor:

“Eu quero tudo, o mineiro, o brasileiro, o Português, o Latim — talvez até o esquimó e o tártaro. Queria a língua que se falava antes de Babel.”

Ou ainda:

“Goethe nasceu no sertão, como Dostoievski, como Tolstoi, como Flaubert, Balzac.”

Daí que arremata:

“Sertão, sertão é dentro da gente.”

No mesmo sentido, posiciona-se o Mestre Gilberto Freyre: “A maior injustiça que se poderia fazer a um regionalismo como o nosso seria confundi-lo

com o separatismo ou com bairrismo. Com antiinternacionalismo, antiuniversalismo ou antinacionalismo. Este é tão contrário a qualquer espécie de separatismo que, mais unionista que o atual e precário unionismo brasileiro visa a superação do estadualismo, lamentavelmente desenvolvido aqui na República — este sim, separatista — para substituí-lo por novo e inflexível sistema em que as regiões mais importantes que os Estados, se completem e se integrem ativa e criadoramente numa verdadeira organização nacional”.

Nilo Coelho era assim: primordialmente telúrico e, ao mesmo tempo, dotado de uma ampla visão dos problemas do País e do mundo; profundamente cômico dos valores e integrado na vida da região que representava, mas, simultaneamente, nacional e universal.

Sinto ainda o ressoar de suas palavras de tal modo que o vejo mais que nunca palpitante, integrando este Plenário, de onde, sempre que podia, buscava a sua terra de origem — não para refazer as suas energias, que eram inesgotáveis — mas para ver, com os olhos de sua gente, o desenrolar dos fatos no cenário nacional e internacional.

É dentro dessa concepção que, jamais deixaria de denunciar o abandono a que se relegara o Nordeste e, de modo especial, a falta de um programa definitivo para enfrentar as secas cíclicas que se abatem sobre largas porções de seu território.

Pois, já no início do século, em 1904, observara o escritor Euclides da Cunha: “As secas do extremo-norte delatam, impressionantemente, a nossa imprevidência, embora seja o único fato de toda a nossa vida nacional ao qual se possa aplicar o princípio da previsão”.

Assim, note-se que ao verberar o quadro dantesco dos sofrimentos de parcelas significativas da população, o que desejava ele, certamente, era que o Governo corrigisse distorções de uma política de crescimento regional e tentasse estabelecer programas e planos que viessem a assegurar o progresso do Nordeste como forma de propiciar um desenvolvimento, orgânico e homogêneo — isto é, mais justo — de todo o espaço brasileiro.

É o que ele preconiza, sob palmas, em pronunciamento feito numa das Casas do Congresso Nacional:

“Não pode haver um Brasil realmente forte e adequadamente desenvolvido se não houver um esforço no sentido de corrigir as disparidades regionais, imperativo da consciência nacional e obra de clarividência política.

A política do tratamento diferenciado com relação às regiões menos favorecidas — Norte e Nordeste — decorre de uma aguda percepção das verdadeiras exigências do desenvolvimento do País, o qual, ou será integral e harmônico ou não será desenvolvimento, mas mero crescimento descontrolado, incompatível com o nosso inabalável sentimento de unidade nacional.”

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Sr^{os} e Srs:

Nilo Coelho foi sempre um vitorioso em todos os passos de sua vida pessoal. Em qualquer dos planos da sua existência, sempre teve uma carreira ascendente. Se, como já assinalou alguém, a prova suprema por que pode passar o caráter do homem é o poder — à medida que não raro o seu exercício tende a toldar a personalidade ou a deteriorar os aspectos éticos de sua conduta —, podemos afirmar que Nilo Coelho, passou incólume por essa prova, fiel ao seu modo original de ser.

Por essas razões, nestas Casas que representam o povo e a Federação, Nilo Coelho continua presente, a enriquecer sua história e, com o seu exemplo, a contribuir para sedimentar os valores nacionais.

Em nosso trânsito pelo mundo não nos podemos prender ao que é passageiro, material, acima do efêmero está o permanente, o intemporal, o eterno.

Aprendemos com os evangelistas que a vida não é tirada, mas transformada. Mas esquecemo-nos, com freqüência, desses sinais de temporariedade; somos geralmente desatentos a essa dimensão transcendente, profunda e misteriosa da existência.

Outro não é o mistério da vida, cifrado entre dois parênteses, dentro dos quais cabem duas datas, que irrompem com a força do inesperado e fixam inexoravelmente os marcos da existência.

Mas, se esquecemos que lá fora se ergue o vento do grande outono, que tantas vezes faz com que a vida se nos afigure uma planície juncada de aflições — não esqueçamos de cultuar a memória daqueles que ficaram para todo o sempre, daquilo que foi vivido, que foi plenitude de vida, densa de grandeza humana, de autenticidade.

Ele continua presente, portanto, mais do que nunca nestas Casas, a engrandecê-las como Instituições. No seu Estado, a que tanto serviu e dignificou. E na distante Petrolina, que ele inscreveu no registro dos centros polarizadores da nacionalidade.

A sua obra bela e fecunda — tudo quanto ele exemplarmente criou no universo das relações humanas e na dimensão do interesse público — perdurará certamente.

Ela o fará viver, perene, como ele o mereceu, na lembrança dos homens.

E a homenagem ao Presidente Nilo Coelho deve-nos levar a refletir sobre os valores maiores que constituem a Nação e suas Instituições. Este é o testemunho maior que podemos prestar a sua vida dedicada integralmente ao País, que, agora, incorpora-se à nossa memória e enriquece o patrimônio político e social da nacionalidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

AÇÃO PARLAMENTAR

- 1 — Cem Anos de República*
- 2 — Informática e Desenvolvimento*
- 3 — Importância do Mar e Presença na Antártica*
- 4 — Nordeste: o Semi-árido*
- 5 — Reforma Tributária*
- 6 — Ciência e Tecnologia*
- 7 — Desenvolvimento Urbano*
- 8 — Sucro-Álcool-Química: Nova Fronteira Econômica*
- 9 — Simplificação das Leis*
- 10 — Participação do Congresso na Política Externa*
- 11 — Filinto Müller e a Política*
- 12 — Política de Desenvolvimento para uma Nação Multirregional*
- 13 — Agricultura: Nova Fronteira*
- 14 — Uma Política para Irrigação*
- 15 — Importância da Educação para a Realização Democrática*
- 16 — Subsídios para uma Política Cultural*
- 17 — Política de Transporte e a Crise Energética*
- 18 — Voto e Federação*

Endereço para correspondência:

Senado Federal

Gabinete nº 01

CEP 70160 — Brasília — DF

Fundação Milton Campos

Foi fundador e primeiro Presidente da Fundação Milton Campos de Pesquisas e Estudos Políticos da Arena (1975/77), instituição que objetiva formar quadros e realizar estudos de reflexão crítica sobre a sociedade brasileira.

Presidente da Câmara dos Deputados

Eleito, presidiu a Casa no biênio 1977/79.

Governador de Pernambuco

Governou o Estado (1979/1982).

Senador da República

Eleito em 1982. No Senado Federal é membro das Comissões de Relações Exteriores e de Assuntos Regionais e suplente da Comissão de Educação e Cultura. Preside também a Comissão Especial Mista encarregada de programar a passagem dos centenários da proclamação da República e da Primeira Carta Republicana do País.

Trabalhos Publicados

Vários, destacando-se os seguintes: "Algumas Considerações sobre Organizações Internacionais: a ONU", "O Mar de 200 Milhas e o Desenvolvimento Nacional", "Partidos Políticos", "Algumas Considerações sobre Atribuições do Congresso Nacional na Emenda Constitucional nº 1, de 1969", "Um conceito de Direito Internacional", "Corredor de Exportação para o Nordeste", "Regiões Metropolitanas", "A Ferrovia como Instrumento de Desenvolvimento Nacional", "Nordeste: Atualidades e Perspectivas", "Temas Nacionais de Interesse Regional", "O Programa Nuclear como Exigência do Desenvolvimento Nacional", "O Poder Legislativo e os Partidos Políticos no Brasil", "Política e Desenvolvimento (A Universidade e o Aperfeiçoamento Democrático)", "Vocação e Compromisso", "Cem Anos de República", "Informática e Desenvolvimento", "Importância do Mar e Presença na Antártica", "Nordeste: o Semi-Árido", "Reforma Tributária", "Ciência e Tecnologia", "Desenvolvimento Urbano", "Sucro-Álcool-Química: Nova Fronteira Econômica", "Simplificação das Leis", "Participação do Congresso na Política Externa", "Filinto Müller e a Política", "Política de Desenvolvimento para uma Nação Multirregional", "Agricultura: Nova Fronteira", "Importância da Educação para a Realização Democrática", "Uma Política para Irrigação", "Subsídios para uma Política Cultural", "Política de Transportes e a Crise Energética", "Voto e Federação".

Além disso é autor de diversos projetos em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado.

